

A conta e o faz de conta

Rogério L. Furquim Werneck*

Chegou a conta da memorável farra fiscal do ano passado. As despesas não-financeiras do governo central superaram em 22,4% as de 2009. Apesar do vigoroso crescimento da receita, na esteira da expansão da economia, o superávit primário do governo central, devidamente calculado, não chegou a 1,3% do PIB. Mas o governo ainda não deu sinais convincentes de que vai conter gastos. As autoridades fazendárias nem mesmo reconhecem a existência do problema. Negam que tenha havido deterioração do quadro fiscal em 2010.

O que se vê é mais um preocupante desdobramento do descrédito em que caiu o registro das contas públicas, desde que o governo passou a adotar critérios contábeis indefensáveis para disfarçar o que vem ocorrendo com as finanças públicas. Tendo produzido estimativas completamente deturpadas dos indicadores fiscais que devem pautar a condução da política macroeconômica, o governo agora quer acreditar no faz de conta e concluir que, com base nesses indicadores, o quadro não parece requerer maiores ajustes na área fiscal.

Tal desdobramento era perfeitamente previsível. Poderia ter sido evitado se a deturpação das contas públicas tivesse ficado encapsulada no governo anterior. Mas essa oportunidade foi perdida quando a presidente Dilma Rousseff decidiu manter Guido Mantega e sua equipe no Ministério da Fazenda. Como era de se esperar, o ministro da Fazenda agora atribui um custo proibitivo a reconhecer que os indicadores fiscais foram deturpados e deixaram de indicar o que deveriam. Para não ter de incorrer nesse custo, parece disposto a tudo.

A escalada de irracionalidade que isso pode desencadear não deve ser subestimada. Basta ver a lamentável reação de Mantega a observações sobre o quadro fiscal brasileiro feitas num relatório recente do Fundo Monetário Internacional. “*O diretor-gerente saiu de férias e algum velho ortodoxo deve ter escrito esse relatório com bobagens sobre o Brasil.*”

Se há uma coisa que o FMI sabe fazer é manter registros cuidadosos da evolução das contas públicas dos países membros. O relatório do qual se queixa Mantega oferece excelente exemplo desse cuidado, ao assinalar, meticulosamente, que nas estatísticas de resultado fiscal do Brasil “*não estão incluídos empréstimos ao BNDES de mais de 3% do PIB tanto em 2009 como em 2010*”.

O FMI está coberto de razão quando constata que o quadro fiscal no Brasil piorou. Mas é apenas mais uma voz no imenso coro de analistas, no País e no exterior, que vêm defendendo mudanças na política fiscal, tendo em vista a deterioração das contas públicas e a necessidade de rebalancear a política macroeconômica, com alívio da sobrecarga que tem recaído sobre a política monetária, num quadro de inequívoco sobreaquecimento da economia.

A reação destemperada do ministro não tem justificativa. Mas é apenas uma pequena amostra das dificuldades que Mantega deverá enfrentar para tentar manter as aparências e continuar a pautar a condução da política fiscal por indicadores que já não têm credibilidade. A se julgar pela experiência argentina nessa área, a perspectiva não é animadora. Os Kirchner abriram a caixa de Pandora da falsificação de índices de preços no início de 2007. Até hoje, não conseguiram fechá-la.

Estará o governo disposto a abandonar a deturpação sistemática dos indicadores fiscais observada nos últimos dois anos? Há uma declaração do secretário do Tesouro a esse respeito, publicada no **Estado** em 1/2, que soa auspiciosa. “*Vamos voltar ao mesmo sistema de primário que usamos em 2007 e 2008. A meta é 3,3%. Vamos mirar na meta cheia. É possível abater, mas não vamos. [Este ano] não tem isso*”. O problema é que tal declaração estava sendo apenas rememorada pelo jornal. Tinha sido feita ao **Estado** há um ano atrás, em janeiro de 2010. Mas o secretário não se emenda. Depois de toda a lambança contábil para disfarçar o descontrole de dispêndio no ano passado, quer agora que o País acredite que o quadro fiscal melhorou.

Com a Fazenda entregue ao faz de conta, vai ser difícil conter gastos.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.